ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

A EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO EM MORRINHOS (GOIÁS)

Walifer Reis
Discente do curso de Geografia da UEG/Campus Sudeste/Sede Morrinhos
E-mail: walifermorrinhos2017@gmail.com

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro
Professora do curso de Geografia da UEG/Campus Sudeste/Sede Morrinhos
E-mail: janaine.carneiro@ueg.br

Marcelo Rodrigues Mendonça
Professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG).
E-mail: marcelomendonca@ufg.br

Resumo
O presente artigo tem por objetivo analisar a educação no/do campo em Morrinhos (GO), apresentando a organização das unidades de ensino no campo, sua prática pedagógica e relação com a comunidade, destacando-se as suas potencialidades e principais desafios. Para tanto, utilizou-se autores como Melo (2011) e Arroyo (2007) para a compreensão conceitual da educação no campo e na educação do campo, além da pesquisa documental em arquivos das unidades escolares. Sendo assim, houve entrevistas com professoras e ex-secretária de educação para analisarmos e compreendermos a realidade, desafios, perspectivas das escolas da área rural no município de Morrinhos-Goiás.
Palavras-chaves: Educação no/do campo. Unidades escolares. Morrinhos (GO).

EDUCATION IN/OF RURAL AREAS IN MORRINHOS, GOIÁS STATE

Abstract
This article aims to analyze education in/from the countryside in Morrinhos (GO), presenting the organization of teaching units in the countryside, its pedagogical practice and relationship with the community, highlighting its potential and main challenges. For that, authors such as Melo (2011) and Arroyo (2007) were used for the conceptual understanding of education in the countryside and in rural education, in addition to documentary research in archives of school units. Teachers who work in schools were interviewed to understand their work dynamics and their conceptions regarding their relationship with the rural communities served.
Keywords: Education in/from the Field. School Units. Morrinhos (GO).

Introdução

A educação está vinculada ao progresso individual no âmbito pessoal e profissional, pois fomenta a capacidade intelectual do ser humano. Desde a Constituição Federal, promulgada em 1988 a Educação é considerada um direito de todos no Brasil. Sabe-se que a garantia desse Direito está imbuída de uma série de problemáticas que envolvem projetos ideológicos, classes sociais e contextos socioespaciais, que acabam por excluir do processo

milhares de pessoas da classe trabalhadora, ou mesmo limitando o potencial emancipatório desta. Hegemonicamente, a educação destinada às periferias pobres, assim como às populações do campo tendem a ser precarizadas como uma forma de manter esses sujeitos na sua condição subalterna. Especificamente no campo, a precarização da educação ou a falta da sua oferta como um direito social acaba por se constituir como uma estratégia para o esvaziamento do campo e/ou para a reprodução social das famílias camponesas e de trabalhadores rurais.

O presente texto apresenta algumas reflexões referentes à educação desempenhada no campo em Morrinhos (GO), com ênfase nos anos 2018-2020. As questões que nortearam a pesquisa são: em que consiste a Educação no campo e a Educação do campo? Qual o perfil teórico-metodológico da educação desenvolvida no campo em Morrinhos? Como a educação no/do campo tem sido evidenciada no Município? Nessa perspectiva, busca-se compreender a educação rural e a educação do campo com ênfase nas experiências construídas em Morrinhos (GO). Em específico, buscou-se reconhecer os elementos teóricos e conceituais da educação rural e da educação no campo; conhecer os seus aspectos históricos mais relevantes; e, conhecer a educação desempenhada no campo em Morrinhos (GO).

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas principais: pesquisa teórica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Na pesquisa teórica, realizou-se a revisão bibliográfica sobre educação, educação rural e educação do campo para conhecer os elementos vinculados ao conceito de educação rural e educação do campo, com ênfase na educação popular. Na pesquisa documental analisou-se os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP)s das três escolas rurais de Morrinhos (GO) e as entrevistas foram feitas com uma ex secretária municipal da educação do Município, três professoras que atuam nas escolas rurais e uma diretora[1], com o intuito de apreender o cotidiano do trabalho docente, os desafios e potencialidades.

O texto está organizado em quatro seções, além da Introdução e das Considerações, sendo: a) Educação rural e educação do campo: uma discussão necessária; b) Educação no campo no Brasil: elementos históricos; c) Morrinhos (GO): o lugar da pesquisa; d) A educação no/do campo em Morrinhos (GO).

[1] Na pesquisa de campo estavam previstas visitas às unidades escolares, observação da rotina escolar, entrevistas com professores e estudantes, bem como, com todas as equipes gestoras. Entretanto, devido à Pandemia da Covid-19, as atividades presenciais estão suspensas desde março de 2020. Assim, realizou-se apenas uma visita em cada unidade para registro fotográfico. As entrevistas foram realizadas via Google Meet.

Educação Rural e a educação do campo: uma discussão necessária

Para conhecermos a educação rural no município de Morrinhos (GO), de início torna-se necessário discutir a diferenciação entre a educação rural (no campo) e a educação do campo. Vale destacar que este se constitui um intenso debate no âmbito acadêmico sobre o histórico e os desdobramentos da educação desenvolvida no campo e para as populações do campo no Brasil.

A educação rural está vinculada a uma visão tradicional do espaço rural no País e, mesmo se constituindo como um importante elemento na manutenção dos camponeses e trabalhadores rurais no campo, não faz as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, tampouco incorpora as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que reivindicam a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação é um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora e parte do princípio de que os trabalhadores rurais e suas técnicas são improdutivos e estão em rumos de extinção (COSTA; SILVA, 2006).

Sendo assim, a educação rural brasileira perpassa por várias transformações ao longo do tempo e se reproduz nos moldes do ensino da cidade, ou seja, os conteúdos, metodologias e propostas pedagógicas vêm sendo aplicados no campo de forma descontextualizada, ou seja, destoando da realidade camponesa do Brasil. Como agravante, a educação rural, em muitos casos, também é vista como um ensino inferior, atrasado e em vias de extinção. Por outro lado, diversos segmentos populares estão envolvidos na luta pela valorização dos camponeses e trabalhadores rurais, seus saberes e fazeres bem como, práticas socioculturais.

No ano de 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao INCRA, num período de grandes manifestações organizadas por diversos movimentos sociais que lutavam por uma educação pública de qualidade para o campo. Assim, o paradigma da educação do campo surge a partir das reivindicações e lutas sociais das comunidades, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, da atuação das universidades, sindicatos e instituições envolvidas com a pauta da construção de uma educação popular, e em específico, de uma educação voltada para os sujeitos do campo, vinculadas às ações pelo acesso à terra e a permanência nela. Com a educação rural tinha/tem-se a existência da escola no espaço rural, mas não havia/há uma educação voltada para os sujeitos do campo, que fosse/seja voltada para a permanência das famílias no campo e, que possibilitasse/possibilite a chegada das inovações tecnológicas no campo (NOGUEIRA, 2011).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a educação do campo traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, sobretudo a partir do momento em que se passa a acreditar que este se transformou no lugar, não apenas das lutas pelo direito a terra, bem como pelo direito à educação, à saúde entre outros (BRASIL/MDA/SDT, 2006, p. 9-11).

O mais importante, é que esse paradigma reconhece a relevância da agricultura familiar e do campo brasileiro, pois "[...] concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro [...]" (SILVA JÚNIOR; BORGES NETTO, 2011, p. 51).

A Educação do Campo pode ser definida como:

> aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (Fernandes, Cerioli, Caldart, 2004, p.53 apud SILVA JÚNIOR; BORGES NETTO, 2011, p. 51).

Nessa perspectiva, a educação do campo é um modelo de ensino voltado para as populações rurais, pautado em muitos conhecimentos do campo mesmo, dos alunos e da comunidade em geral.

Para Melo (2011), a educação rural – ou do campo – poder ser definida a partir dos seguintes pressupostos: vinculada a concepção de rural, ou seja, a um modo de vida específico, levando em consideração a valorização e o uso da terra; reforça práticas culturais como a religião, as festas caipiras, as relações de compadrio e a reprodução familiar; pode ser desempenhada e qualquer local, pois se refere a um tipo de educação; educador e educando que tenham vínculo com a agricultura familiar, campesinato, fazendas, sítios, quilombos ou qualquer pessoa que receba ou transmita a educação como modo de vida rural.

Nesse sentido, a educação do campo é uma educação que busca a interação entre o meio em que se vive - no caso o meio rural - com as suas peculiaridades e com os conhecimentos científicos pautados em comprovações e métodos específicos.

No que se refere à educação no campo, Melo (2011) a caracteriza como: qualquer conteúdo desde que seja no campo; a combinação da preposição em com o artigo definido o, já indica especificamente o local da educação: campo; educador e educando que não sejam

necessariamente caracterizados como representantes de uma cultura rural; não precisa ser construída a partir do campo, mas também da cidade, sobre a cultura dos agentes urbanos.

De acordo com Arroyo (2008), a dimensão educativa dos movimentos sociais do campo tem origem na inquietação gerada pela falta de um projeto de educação em que haja valorização dos diversos sujeitos que compõem a identidade "do campo". Uma proposta de Educação Básica do Campo deve considerar uma nova concepção de escola em que haja a reinvenção de tempos e espaços escolares.

Arroyo (2007) ressalta que ao defender a educação do campo, os movimentos sociais do campo colocaram na agenda política dos governos, da sociedade e dos cursos de formação dois pontos básicos: o reconhecimento do direito dos diversos povos do campo à educação e a urgência de o Estado assumir políticas públicas que garantam esse direito. Por isso, vêm acumulando experiências de cursos de formação, em convênio com escolas normais e cursos de pedagogia, para formar educadoras e educadores capacitados a atuarem na especificidade social e cultural dos povos que vivem no campo.

A maior parte das escolas rurais que existem no Brasil e em Goiás são escolas que se localizam no campo, ou seja, estão espacialmente localizadas na área rural, todavia, possuem uma proposta pedagógica e uma matriz curricular que reproduzem a educação urbana, além de não contemplar os princípios da Educação do Campo. Assim, seguem as propostas pedagógicas e matrizes curriculares idênticas às urbanas.

A educação no campo no Brasil: elementos históricos

Para compreendermos como se configura a educação no/do campo em Morrinhos (GO) torna-se necessário ainda, apresentarmos como se deu a evolução histórica dessas modalidades de educação no Brasil, uma vez que, mesmo diante das particularidades no Município, os acontecimentos e marcos legais apresentam desdobramentos significativos.

Nessa perspectiva, Melo (2011) apresenta a evolução da educação nas Constituições Brasileiras nos anos de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, conforme se pode observar no Quadro 1.

Compreende-se que somente na Constituição de 1988, no caso específico da educação, ganha uma perspectiva mais democrática e estabilizadora, fazendo com que seja concebida como um direito de todos os brasileiros.

Quadro 1: Histórico da Educação nas Constituições Brasileiras

Constituições Brasileiras	Educação
1824	• Primeira Constituição. • Mencionava apenas a garantia de educação primária e criação de colégios e universidades.
1891	• É resultado da influência direta das oligarquias latifundiárias, em especial os cafeicultores em querer legitimar o regime de poder centralizado em suas mãos (coronelismo). • Mesmo o Brasil sendo considerado eminentemente agrário, a educação no campo foi tratada com descaso, não foi mencionada e não foi considerada. • A educação vigente no Brasil priorizou os interesses da metrópole negando a nascente sociedade brasileira.
1934	• No artigo 149 a educação é estabelecida como direito de todos e que o ensino primário integral seria gratuito e de frequência obrigatória. • Determinava que caberia a União reservar pelo menos vinte por cento do orçamento à educação nas zonas rurais. Em síntese a constituição estabelece educação como dever da família e da União.
1937	• Preocupação com o ensino profissionalizante devido ao processo de industrialização que passou a vigorar no Brasil. • Destaque para o Art. 132 que prevê períodos de trabalho para juventude no campo, auxiliado e protegido pelo Estado. No entanto, desconsiderava-se o ensino nas áreas agrícolas.
1946	• Institui competências para a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A educação volta nesta constituição a configurar-se direito de todos. • O Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto, regulamenta o ensino agrícola. • Tal constituição é revogada pelo AI 4 de Castelo Branco.
1967	• Promulgada em 1969 a emenda de 24-01-1967 que limitava a obrigatoriedade das empresas, inclusive as agrícolas, com o ensino primário gratuito dos filhos dos empregados, entre 07 e 14 anos.
1988	• Educação como dever do Estado e direito fundamental subjetivo reconhecido, independente de residirem nas áreas urbanas ou rurais, amparado na teoria de colaboração dos entes federados. • A criação do SENAR reabre a discussão da educação do campo. • As constituições estaduais e a LDB abrem brechas para o tratamento da educação rural na perspectiva do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

Fonte: FONSECA, Santos e Teixeira (2010). Organização: Silas Nogueira de Melo. 2011.

Na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - que organiza, define e regulariza o sistema educacional do Brasil, obedecendo os princípios da Constituição de 1988, o Artigo 28 estabelece que:

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
> I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

> II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996)

A educação desempenhada na escola tem como função garantir que todos tenham acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade e ainda contextualizadas no meio local. Pode-se perceber que as escolas não têm sido suficientes para levar a educação de forma adequada aos sujeitos do campo. Sendo assim, há uma disparidade entre o modelo educacional que tem como paradigma as sociedades urbanas em relação às necessidades específicas das crianças e jovens do campo. Aliás, a escola aparece distanciada do trabalho agrícola e introduz na cultura local os valores e os estilos de vida urbanos.

Para Dayrell (1996), a escola como espaço sociocultural é entendida como um espaço social ordenado em dupla dimensão, institucionalmente por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Nesse sentido, podemos identificar a necessidade em específico das escolas rurais fortalecerem seus aparatos institucionais a fim de delimitar uma educação contextualizada ao meio rural brasileiro, que conseguinte refletiria de forma positiva no cotidiano da escola.

Nesse sentido, a preconização de educação rural, voltada para as populações do campo passou a compor o aparato legal da educação brasileira. Percebe-se que as lutas dos movimentos sociais e demais seguimentos sociais comprometidos com a construção de uma educação popular e como direito de todos foi contemplada no âmbito legal. Todavia, nas práticas educativas, ainda se tem um longo processo em curso. Isso porque demanda mudanças socioculturais, inserção de licenciaturas específicas ou implementação da educação do campo nas matrizes curriculares das demais licenciaturas, bem como, formação continuada na área. Além disso, requer alterações nos conteúdos e matrizes curriculares, nas propostas pedagógicas e na condução do processo educativo como um todo, sem mencionar investimento em infraestrutura.

Morrinhos (GO): o lugar da pesquisa

Morrinhos é um município brasileiro localizado na Mesorregião Sul do Estado de Goiás, pertence à Microrregião do Meia Ponte. Sua população estimada em 2020 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 46.548 habitantes (Conforme mostra a Tabela 1). O nome Morrinhos foi escolhido devido à existência de três acidentes geográficos na região: Morro do Ovo, Morro da Cruz e Morro da Saudade. A distância entre Morrinhos e Goiânia (capital do Estado de Goiás) é de 128 km, 184 km de Anápolis (capital

econômica de Goiás e cidade do porto seco), 336 km de Brasília (capital Federal) e 56 km de Caldas Novas (maior estância hidrotermal do mundo).

Tabela 2: População Total, por Gênero, Rural/Urbana, Morrinhos – GO (2020)

População	População (1992)	População (2000)	População (2010)	População (2020)
População Total	32.592	36.690	41.460	46.548
População Residente Masculina	16.440	18.546	20.773	-
População Residente Feminina	16.152	18.444	20.687	-
População Urbana	25.395	30.629	35.959	-
População Rural	7.197	6.061	5.501	-

Fonte: Instituto Mauro Borges (2020).
Organizador: REIS, Walifer (2020).

Entre 2000 e 2010, a população de Morrinhos cresceu a uma taxa média anual de 1,15%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 83,61% para 86,73%. Em 2010 viviam, no município, 41.460 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,42%. Em Goiás esta taxa foi de 2,46%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 77,92% para 83,61% (IBGE, 2010).

A área do Município é de 2846,2 km² e a densidade demográfica é de 14,57 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o IBGE (2018), era de 0,734. O nível de escolarização, entre 6 e 14 anos da população morrinhense é era de 97,9%. A renda per capta é era de R$27621,32 reais.

O Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 foi de R$ 1.242.959.29 bilhões. As principais atividades econômicas estão vinculadas à agropecuária. Na pecuária, o Município destaca-se como a 3ª maior bacia leiteira de Goiás. Na agricultura, ocupa o 1º lugar na produção de tomate industrial do Estado, sendo um dos ramos que mais gera renda para o município. Destaca-se também um complexo agroindustrial com várias empresas de médio e pequeno porte, principalmente na área de laticínios, frigorífico e conservas. Na Tabela 2, tem-se o PIB de Morrinhos de 2010 e 2017. Nas Tabelas 3 e 4, estão discriminadas as produções agrícolas e pecuárias nos anos de 2010 e 2017, respectivamente.

Tabela 3: Produto Interno Bruto (PIB) de Morrinhos (GO) (2010 e 2017)

Atividade Econômica	Valores (2010)	Valores (2017)
Agropecuária	R$148.959,00	R$240.450,55
Indústria	R$109.590,00	R$209.765,50
Serviços	R$242.35,00	R$519.328,25
Administração	R$95.165,00	R$183.819,97

Organizador: REIS, Walifer.
Fonte: IBGE (2020).

Tabela 4: Produção Agrícola Temporária do Município de Morrinhos (GO) (2010 e 2018)

Produto	Produção (2010)	Produção (2018)
Abacaxi	1.184 frutos	1.505 frutos
Algodão	2.240 toneladas	2.540 toneladas
Arroz	3.360 toneladas	17 toneladas
Batata-Inglesa	8.500 toneladas	-
Cana-de-açúcar	824.494 toneladas	1.520.000 toneladas
Feijão	5.400 toneladas	6.000 toneladas
Girassol	-	800 toneladas
Mandioca	2.720 toneladas	370 toneladas
Melancia	3.500 toneladas	-
Milho	24.500 toneladas	52.250 toneladas
Soja	67.200 toneladas	105.000 toneladas
Sorgo	6.300 toneladas	13.200 toneladas
Tomate	199.800 toneladas	162.000 toneladas

Organizador: REIS, Walifer.
Fonte: IBGE (2020).

Tabela 5: Produção da Pecuária do Município de Morrinhos (GO) (2010-2018)

Tipo de Pecuária	Cabeças/Kg (2010)	Cabeças/Kg (2018)
Asinino	85	-
Aquicultura	-	397.000 Kg
Bovino	295.000	292.000
Bubalino	130	163
Caprino	100	180
Codorna	1.200	2.600
Equino	8.500	6.500
Galináceo	566.800	1.000.000
Mel de Abelha	3.000 Kg	14.000 Kg
Muares	470	-
Ovino	180	700
Suíno	25.300	28.600

Organizador: REIS, Walifer.
Fonte: IBGE (2020).

Morrinhos está distante 289 km de São Simão, porto de acesso a Hidrovia Paranaíba/Paraná/Tietê, principal ponto de ligação hidroviária entre o Centro-Oeste e os países do Mercosul. O Distrito Agroindustrial de Morrinhos (DAIMO) é dirigido pelo Goiás Industrial - órgão do Governo Estadual responsável pela manutenção do Distrito. Ocupa uma área de 154,88 hectares e possui ruas asfaltadas e iluminadas, além de toda uma infraestrutura

básica para as indústrias que ali estão instaladas. O nome DAIMO e a referência para a construção do distrito vieram do distrito de Anápolis (GO), que possui o DAIA, onde se encontra o maior polo industrial do Centro-Oeste.

Em 2020, Morrinhos possuía três escolas localizadas na área rural. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), as escolas ofertam da Pré-escola, que atende crianças de 4 anos e 5 anos, e a primeira fase do Ensino Fundamental (1º ao 5ª Ano).

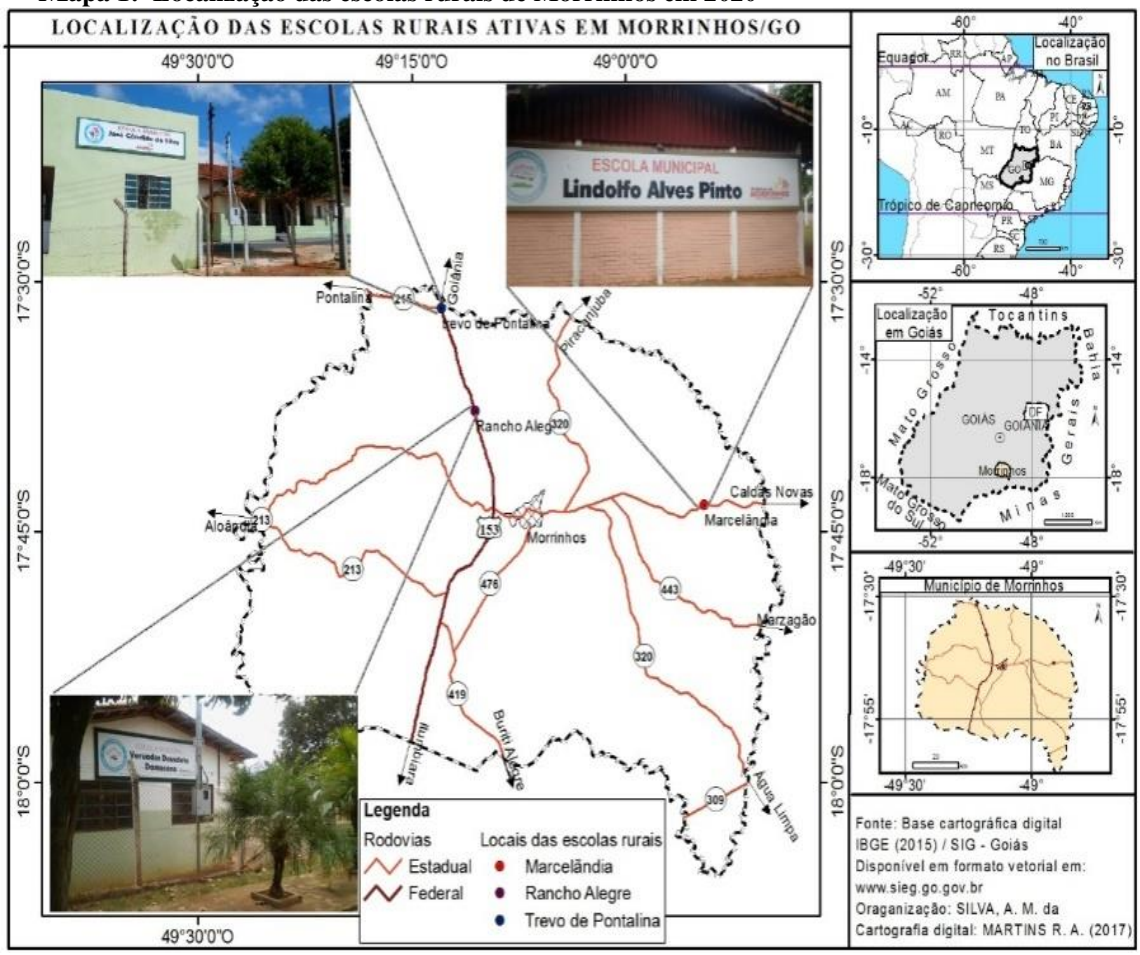
A educação no/do campo em Morrinhos

Morrinhos (GO) conta com três escolas rurais, sendo: Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto localizada no Povoado da Marcelândia, Escola Municipal Vereador Deusdete Damacena localizada no Povoado do Rancho Alegre e a Escola Municipal José Cândido da Silva localizada no Trevo de Pontalina (GO), às margens da BR-153. No Mapa 1 tem-se a localização das escolas rurais de Morrinhos. De acordo com Qedu (2018), estavam matriculados 16 alunos na pré-escola e 63 alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e somente 1 aluno matriculado na educação especial. Além disso, o município conta com um Instituto Federal Goiano localizado na área rural, mas que não se constitui com objeto de estudo desta pesquisa.

A Escola Municipal Vereador Deusdete Damacena está localizada próximo à BR-153, Km 610, no Povoado do Rancho Alegre, município de Morrinhos (3GO). Criada através da Lei nº 58 de 16 de outubro de 1961, no governo de Manuel de Freitas, em seu segundo mandato. A instituição recebeu o nome e Vereador Deusdete Damacena, por estar ocupando no período o cargo de vereador e ser proprietário de terras na região. O mesmo doou o terreno para a construção da escola, por isso a denominação.

A escola está autorizada a ministrar o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, pela resolução CEE nº 127 e a Educação Infantil na modalidade de jardim II, reconhecida pela portaria 1966 / 1997, funcionando no turno vespertino, com espaço físico construído numa área de 436,22 m, sendo sua área total de 2.472,77 m², possuindo 06 salas de aula, sendo duas com espaço adequado e boa iluminação e quatro com espaço reduzido. Uma sala de Diretoria, 01 sala de Professores, 01 sala do laboratório de informática, 01 cantina, 02 dependências sanitárias, sendo distribuídas da seguinte forma: 01 masculino e outro feminino, os mesmos são de uso de alunos e funcionários (PPP, 2020).

Mapa 1: Localização das escolas rurais de Morrinhos em 2020



Fonte: MARTINS, R. A., 2017.

Fotografia 1: Escola Municipal Vereador Deusdete Damacena



Autor - REIS, Walifer (2020).

A Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto está localizada no Povoado da Marcelândia às margens da GO-213, na altura do Km 21, entre Morrinhos e Caldas Novas. A unidade escolar atende uma clientela específica, principalmente alunos vindos das comunidades Barreiro, Mata dos Godoy, Vinagre, Almas e Chapadão, de onde são transportados até a escola por veículos ônibus e Kombi pelo programa transporte escolar municipal e também alunos residentes no povoado.

Segundo a SEMED, a construção da escola foi iniciada com uma pequena verba do Estado e concluída com a ajuda da comunidade local. O Sr. Lindolfo Alves Pinto, foi o escolhido para ser o patrono da escola por ter hospedado as primeiras professoras em sua residência. Em janeiro de 2000, tornou-se Escola Polo, por situar-se no meio rural com várias classes, atendendo estudantes de várias comunidades rurais.

A implantação das escolas Polos foi uma política adotada pela gestão municipal da época[2], o que promoveu o fechamento das diversas escolas isoladas e o remanejamento dos discentes para unidades estratégicas capazes de atender um grupo maior de estudantes. Nesse contexto, também houve a implantação do transporte escolar, esse processo é conhecido como nucleação. De acordo com a ex-secretária de Educação[3], professora Carmem Lúcia, entre os anos de 1996 e 2004 foram fechadas várias escolas para serem formados núcleos no território rural com o intuito de melhorar a qualidade do ensino ofertado. Assim, foram construídas as escolas Polo no povoado da Marcelândia e do Rancho Alegre.

A Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto foi criada através da Lei Municipal nº 1.197, 20 de agosto de 1993. Autorizada a oferecer a Educação Infantil na modalidade Pré-alfabetização e a Educação Básica, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, pela resolução do C.E.E. n° 298, de 26 de junho de 1996 (PPP,2020).

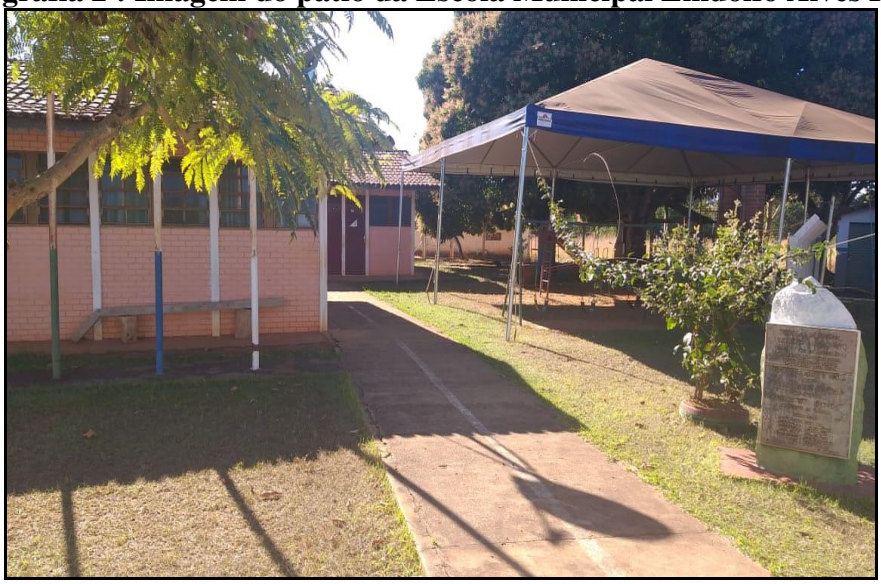
[2] Nos meados do final dos anos 90, e início dos anos 2000.
[3] 1996/2004.

Fotografia 2: Fachada da Escola Municipal Lindolfo Alves



Autor: REIS, Walifer (2020).

Fotografia 2 : Imagem do pátio da Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto



Autor: REIS, Walifer (2020).

A Escola Municipal José Cândido da Silva foi criada pela da lei nº 341 de 24 de novembro de 1978 e 1.197 de 20 de agosto de 1993, e está autorizada a ministrar a Educação Infantil – Modalidade Pré-escola (Jardim I e Jardim II) e o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, de acordo com a Autorização de Funcionamento Resolução nº 645, de 14/10/1997 – do Conselho Estadual de Educação (CEE). Possui 03 (três) salas de aula, estando duas salas em funcionamento. Uma sala de Coordenação Geral, 01 sala de Professores, 01 sala do laboratório de informática, 01 cantina, 02 banheiros para uso de alunos e funcionários (PPP,2020).

Fotografia 4: Sede da Escola Municipal José Cândido da Silva



Autor: REIS, Walifer (2020).

Sendo assim, a escola conta com uma assistência direta da secretaria municipal de educação de Morrinhos, e depende inteiramente da mesma, sendo que a merenda escolar é trazida de kombi para a escola.

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das unidades escolares de Morrinhos (GO)

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto identifica-se a concepção de que a realidade macro da sociedade afeta a realidade interna específica da escola, o seu funcionamento, possibilidades e limites. Ressalta que o planejamento deve considerar a organização do trabalho escolar e sua prática pedagógica, de modo a desenvolver planos de ação que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino e uma prática de ensino-aprendizagem capaz de formar um aluno crítico da realidade social, com competência de integrar-se a uma sociedade desenvolvida e democrática. Para tanto, a educação tem por finalidade pleno desenvolvimento do educando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (PPP, 2019/2020).

Para a Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto, a participação da comunidade é relevante para o desenvolvimento educacional, sendo assim há projetos que englobam a relação comunidade e escola, que é o projeto de sustentabilidade, ressaltando a importância dos recursos naturais, preservação; festa junina e entre outros. A escola busca organizar a prática pedagógica, possibilitando a individualização do ensino de acordo com as particularidades de todos os alunos. Pressupõe sobretudo um trabalho de planejamento

coletivo e de colaboração entre os profissionais, centrando-se no contexto do grupo, atendendo não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas também as eventuais especificidades dos demais alunos, contribuindo, dessa forma, com o processo de inclusão escolar. As adaptações curriculares, tanto no que se refere às adaptações dos objetivos, dos métodos, como também da avaliação, ocorrem como uma das formas mais específicas de contemplar as necessidades individuais do aluno, tendo uma proposta ser uma escola inclusiva. A instituição promove poucas ações pedagógicas voltados aos alunos do campo, fazendo com que o ensino desenvolvido na mesma, seja o mesmo aplicado na área urbana, e fazendo-se uma análise, a escola não se preocupa tanto com as dinâmicas socioespaciais do campo (PPP, 2019/2020).

Para a Escola Municipal José Cândido da Silva, o PPP é um instrumento ideológico, político que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização e do acompanhamento de todo o universo escolar, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, com foco educativo no processo de ensino-aprendizagem de qualidade, e pautado à tendência sócia construtivista de Paulo Freire. Portanto, ações estão sendo preparadas para superação das dificuldades educacionais, entre as ações podemos citar o *Sistema Pomares de Ensino* e a *Apostila Os Sertões*[4], que vem para suplementar as áreas regionais, de Geografia e História na região de Morrinhos, valores, empreendedorismo, linguagens, Educação Ambiental, trânsito, língua inglesa para séries iniciais, 3ª ano, 4ª ano e 5ª Ano do Ensino Fundamental, oferecendo apostilado e suporte para os professores (PPP, 2020).

Com base nas formas que são desenvolvidas, as ações pedagógicas não incluem uma compreensão e uma correlação com os sujeitos do campo e nem busca uma dinâmica socioespacial do campo.

A partir da análise do Projeto Político Pedagógico, pode-se notar que grande parte dos projetos elaborados pela escola e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), não contemplam a comunidade local, e sendo assim não fortalecem a relação escola-comunidade e ainda não possuem temáticas específicas ao campo e aos sujeitos do campo.

Para a Escola Municipal Vereador Deusdete Damacena, o PPP é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma

[4] O Sistema Pomares de Ensino é sinônimo de um modelo de educação de qualidade desenvolvido para as escolas municipais a partir da metodologia criada pelos professores da rede municipal de ensino de Morrinhos.

sistemática, consciente, científica e participativa. Com isso, deve exprimir um compromisso de um grupo com uma determinada trajetória no cenário educacional (PPP, 2019).

A escola segue um calendário de projetos durante o ano letivo, fazendo parte da metodologia de ensino, onde procura levar o aluno e a comunidade escolar a participar de atividades que objetivam transformar o meio em que vivem tais como: o Projeto Meio Ambiente. É de pouca relevância para a escola, a dinâmica socioespacial do campo, pois a instituição segue normativas oriundas do urbano, e que são seguidas há risca, ou seja, as ações pedagógicas não são voltadas para os sujeitos do campo (PPP,2019).

A educação no/do campo em Morrinhos (GO): o olhar das professoras

Para conhecer a dinâmica da educação no campo de Morrinhos (GO) a partir do olhar docente e de gestão, entrevistou-se as professoras que atuam nessas escolas e ainda uma ex-secretária municipal de educação. entrevista é uma técnica da pesquisa qualitativa que possibilita coletar dados objetivos e subjetivos da realidade pesquisada. Segundo Minayo (2001):

> A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.14).

As entrevistas possibilitam a coleta de subsídios sobre um determinado tema científico. Dessa forma, os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como em censos e estatísticas. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados.

Nesta pesquisa, entende-se que as entrevistas são essenciais para a coleta de informações e para a compreensão da dinâmica educacional e da prática pedagógica das unidades escolares a partir do olhar dos sujeitos envolvidos nesse processo. Elaboraram-se os roteiros para um representante da Secretaria Municipal de Educação, para as equipes gestoras de cada unidade escolar e para as professoras que nelas atuam, com questões referentes que envolvem.

O roteiro de entrevista da ex secretária tem por finalidade compreender a dinâmica da escola no campo e as suas especificidades e a importância para dessas instituições para a

comunidade local. Já, o roteiro das professoras, teve como ideia central o foco de ações pedagógicas e os planejamentos voltados para a instituição, visando uma melhoria na educação no campo. E por fim, o último roteiro voltado para a coordenadora pedagógica da secretária de educação, teve a centralidade de buscar a conhecer de como está estruturada de forma básica, a educação no campo no município de Morrinhos (GO).

Com exceção da Ex-Dirigente Municipal de Educação que foi realizada de modo presencial, as demais entrevistas foram realizadas por Google Meet devido ao Decreto Estadual Nº 9633/202 – de 13 de março de 2020 que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus –, e da Instrução Normativa IN nº 80/2020 – de 25 de março que estabelece o Plano Emergencial de Ensino e Aprendizagem (PEEA) e suspende as atividades presenciais vinculadas à instituição.

Sendo assim, houve uma série de entrevistas nos meados dos meses de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, com professores, coordenadora, ex-secretária de educação e à atual, para analisarmos e compreendermos a realidade, desafios, perspectivas das escolas da zona rural no município de Morrinhos-Goiás.

Foram realizadas seis entrevistas ao todo, sendo três delas voltadas para professores atuantes da educação no campo, e duas para secretária e ex, e por fim, para a coordenadora pedagógica da secretaria municipal de educação. Os nomes dos entrevistados serão suprimidos para manter a identidade das entrevistadas em sigilo.

Sobre o histórico a educação rural em Morrinhos, a Entrevistada 1[5] esclarece que entre 1996 e 2004, houve grandes mudanças na educação do campo, pois

> naquela época funcionavam várias escolas na zona rural, entretanto, neste período começou as municipalizações das escolas estaduais que ofereciam o Ensino Fundamental do 1ª segmento (1ª ao 5ªAno). Assim, a gestão municipal, sabendo da necessidade de mudanças, analisaram as escolas da zona rural e começaram a criar escolas polos rurais. Antes disso, o município contava com mais de 62 escolas rurais que foram reorganizadas em 02 polos: Escola/Polo Municipal Lindolfo Alves Pinto na Marcelândia e a Escola/Polo Municipal Vereador Deusdete Damacena no Povoado do Rancho Alegre. A intensão era buscar uma melhoria na qualidade do ensino, e dar um grande avanço no ensino-aprendizagem (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Quando questionada sobre a atitude das comunidades rurais sobre tais mudanças, a Entrevistada 1 assegura que:

> Obviamente, que quando se há mudanças, há também as resistências por algo que é novo, principalmente para as pessoas que usufruem daquele local. Sendo assim, houve resistências por parte de alguns locais, devido ao comodismo da escola estar

[5] Secretária Municipal de Educação de Morrinhos (1996-2004).

> perto de casa, mas no final aceitaram as mudanças propostas. A entrevistada, ressaltou que a partir da criação de escolas polos, a Prefeitura de Morrinhos, disponibilizou o transporte público para buscar os alunos que moravam mais distantes das escolas polos, também os demais alunos da região (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Sobre a relevância das escolas rurais para Morrinhos, a Entrevistada 1 salientou que as escolas da zona rural fixam o homem na terra, ao ponto de estar dando uma qualidade de ensino e de vida ao mesmo tempo. Além disso, a educação no campo deve se atentar às origens do alunado e que não pode ser simplesmente aplicada a educação urbana no campo, pois o aluno do campo perderá a sua essência e curiosidade sobre o meio em que vive e reside (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Sobre o futuro das escolas rurais de Morrinhos, a Entrevistada 1 respondeu que possivelmente o poder público continuaria a manter as escolas rurais, entretanto, somente os polos, e dependerá da demanda de alunos.

A entrevistada 02[6], a atual secretária municipal de educação de Morrinhos, gestão 2021/2024, inicia-se sua fala contextualizando de forma bem simples a educação no campo no município de Morrinhos. A mesma atua há mais de 38 anos na área educacional no município de Morrinhos, mas atua somente há 14 dias como secretária de educação, algo que é novo segundo ela (PESQUISA DE CAMPO,2020).

A mesma, fez uma breve caracterização da educação rural na sua gestão onde alegou-se que:

> aconteceram diversas mudanças nas escolas rurais, uma vez que muitas pessoas migraram para a zona urbana. Ela enfatizou que os fatores que influenciaram essa mudança, tem como principal fator a substituição da mão de obra do homem por máquinas agrícolas.

Quando questionada sobre o porquê dessas mudanças na estruturação das escolas rurais, a entrevistada respondeu:

> Com a diminuição do número de alunos se fez necessário algumas mudanças, porém tem se feito muito para a melhoria na qualidade do ensino entre essas melhorias está sendo levar aos alunos das escolas rurais as mesmas tecnologias levadas para as escolas urbanas, professores qualificados, projetos voltados para a zona rural.” A mesma, citou que a comunidade local se tem fazendo uma educação participativa dentro da escola, onde a comunidade opina e ajuda na realização de projetos voltados a educação no campo.

A pergunta categórica na entrevista foi a seguinte: Como você visualiza o futuro das escolas rurais do Município? A resposta foi a seguinte:

[6] Atual Secretária de Educação de Morrinhos (2021/2024).

> Bastante desenvolvido. Faremos uma conscientização dos pais sobre os benefícios de seus filhos estudarem nessas escolas. Esse será o primeiro passo. Melhorias estruturais das escolas serão planejadas e executadas.

A entrevistada 03, foi a coordenadora pedagógica da secretaria municipal de educação de Morrinhos-Goiás, onde a mesma demonstrou muita preocupação com a atual forma que são tratadas as escolas da zona rural no município de Morrinhos (PESQUISA DE CAMPO, 2020). Segundo a entrevistada:

> atualmente o município de Morrinhos possui 03 escolas localizadas na zona rural. Elas estão concentradas em perímetro urbano de povoados como o Trevo de Pontalina, Rancho Alegre e Marcelândia.

A rede municipal de ensino não conta com professores formados para atuar na educação rural, segundo a entrevistada e nem oferece uma formação continuada para poderem atuar na mesma. Segundo a entrevistada 03, não é de interesse do poder público investir nesta área. Ela ainda afirma que as mesmas diretrizes seguidas nas escolas urbanas, são seguidas nas escolas rurais (PESQUISA DE CAMPO, 2020). Ao ser questionada sobre os mecanismos que estão sendo utilizados para aplicar atividades e avaliações, devido a pandemia do Coronavírus, segundo a mesma:

> os alunos da zona rural estão participando do Reanp[7] como os alunos das escolas urbanas. Recebem as atividades por meio online, quando o pai não tem condições de disponibilizar o celular ou internet para o aluno, o pai busca as atividades impressas na escola ou o transporte escolar leva até a casa do aluno. (E3)

Uma das principais questões levantadas em nossa entrevista, foi quais as contribuições que os alunos do campo, podem nos ensinar, e a mesma enfatizou:

> a simplicidade que pode nos ensinar a valorização da vida, o empenho e esforço para sentar em um banco escolar. Outra questão é a superação de vida, pois muitos ajudam os pais na lida do campo e ainda encontram forças para estudar; a falta de materiais escolares em comparação com os alunos das escolas urbanas. (E3)

Pergunta bem emblemática e bem pontual, a entrevistada 3 foi questionada sobre o que a secretaria municipal de educação, os professores e toda a equipe gestora tem se empenhado para melhorar a qualidade do ensino na educação rural, de modo geral? A resposta da entrevistada:

> Não tem empenho para melhorar a qualidade do ensino na educação rural, o que se percebe é o mesmo ensino aplicado, com tendência ao fechamento das escolas. Sendo um dos motivos dos pais preferirem matricular os alunos na escola urbana e enviar seus filhos com transporte escolar, em longas jornadas, por alegarem que o

[7] Regime de Atividades não presenciais, devido a pandemia d Covid-19.

> ensino na escola rural é mais fraco e o poder público tem descaso com a educação. (E3)

A entrevistada citou o desconhecimento em relação à valorização dos saberes do povo do campo e a sua correlação com o conhecimento científico, com a realização de projetos voltados para a zona rural. Segundo ela, a maior importância é fazer investimento para ter alunos, para os pais terem interesse em matricular seus filhos na escola rural, próximo a sua residência. Mostrar que o ensino é o mesmo da cidade, que o seu filho vai ser valorizado e terá o mesmo acesso aos bens móveis da escola urbana.

De acordo com a entrevistada 03, quando questionada sobre quais avanços e retrocessos na educação do campo, ela afirmou que:

> só houve retrocessos, uma vez que o poder público não faz investimento no prédio físico com materiais, não oferece formação continuada aos professores da zona rural. Vimos a cada ano o fechamento das escolas rurais e aplicação da política do transporte escolar. Infelizmente, no Estado de Goiás e principalmente em Morrinhos, a tendência é o fechamento das escolas rurais. (E3)

A entrevistada 03 elencou alguns desafios na educação rural em Morrinhos:

> sendo um deles o funcionamento das 03 escolas rurais e ter mais alunos, pois o que se observa é a evasão desses alunos. Desenvolver política de valorização do ensino nas escolas rurais, e oferecer formação ao professor, sem mostrando aos pais a importância de manter seu filho na escola da sua região, convivendo com colegas da região, ao invés de longas jornadas no transporte escolar.

Quando questionada sobre quais as potencialidades da educação rural em Morrinhos, a entrevistada disse que não há nenhuma potencialidade, sendo que no ponto de vista dela, as escolas rurais estão em funcionamento devido por questões políticas, e que em breve serão fechadas sem pensar na comunidade rural.

Segundo a Entrevistada 04[8], o Município nunca proporcionou nenhum curso de formação continuada voltada para a educação rural do campo. Quando questionada sobre três pontos positivos e três pontos negativos referente a educação rural em Morrinhos, afirmou que:

> que possuem como pontos positivos material didático de qualidade, qualificação dos professores e estrutura física; já como pontos negativos, é a falta de material específico para a escola do campo, a falta de formação para as equipes das escolas do campo, e o transporte municipal de alunos (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

[8] Professora da rede municipal de educação há mais e 08 anos. Atualmente, está lotada na zona rural, na Escola Municipal Lindolfo Alves Pinto. É formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Possui Pós-graduação em Linguagens e Práticas de Ensino (UEG) e em Educação em Tempo Integral pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

No momento em que foi questionada sobre se há um planejamento (conteúdos, metodologias e projetos de ensino) voltados especificamente à educação rural, ela relatou que não há nenhum planejamento, devido ao alunado da instituição ser rotativo. Com isso, ao mesmo tempo em que estão na escola rural já não estão mais, assim tem um ensino igual ao do urbano.

A participação e a valorização da comunidade rural com a escola são de extrema relevância, entretanto a entrevistada frisou que:

> a participação dos pais na escola já foi muito ruim em outros tempos, entretanto, atualmente tem melhorado, mas ainda com pouca participação na vida escolar dos filhos, pois vão pouco a escola e alegam estar trabalhando muito, e que o patrão não libera. Em questão de valorização, na opinião da entrevistada que há uma certa discriminação por parte dos pais em relação ao ensino, pois os mesmos acham que o ensino da zona rural não é de qualidade e que o aluno da escola rural, sempre terá dificuldades de aprendizagem quando vier estudar na zona urbana (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Atualmente, estamos vivenciando uma pandemia (Covid-19), e isso afetou a todos nós, mas especificamente os alunos do campo, sendo assim, quando questionada sobre quais as maneiras os professores estão encontrando para melhor atendê-los, referente as atividades e avaliações, a mesma ressaltou que:

> foram formados grupos de WhatsApp para estarem enviando as atividades e tirando dúvidas, e aqueles que não possuem internet em casa, os planos de atividades são impressos e enviados por meio de transporte escolar. As avaliações mensais também são executadas da mesma maneira, entretanto, ela alega que é muito insuficiente a execução das mesmas. (E4)

Ela enfatizou que os professores tem se empenhado para melhorar o ensino e a educação rural, tentando mostrar para os alunos que o mercado de trabalho é competitivo e que até mesmo para eles continuarem trabalhando em fazendas, seguindo os mesmos caminhos de seus pais hoje em dia, eles precisam estudar, se profissionalizar, pois a cada dia estamos utilizando as tecnologias na zona rural, tais: ordenhadas mecanizadas, tratores informatizados e com alto nível de tecnologia, uso de GPS nas lavouras, inseminação no gado e entre outros.

A valorização dos saberes do povo do campo, segundo a Entrevistada 4, devem ser levados em consideração, mas é importante saber correlacionar o conhecimento empírico do científico. E quando questionada sobre quais projetos desenvolvidos pelos professores e pela escola, voltados para o aluno do campo, respondeu que são realizados projetos voltados ao

tema do meio ambiente: horta, preservação das nascentes, plantação de árvores e entre outros (PESQUISA DE CAMPO, 2020).

Questionada sobre qual a importância de se investir em escolas no campo em Morrinhos, a entrevistada 04 respondeu que:

> primeira questão seria a segurança de se estudar um pouco mais perto de suas casas, com um ensino mais específico ao estudante do meio rural, e que os pais não mudariam tanto de empregos (fazendas), e que evitariam lotação de salas nas escolas urbanas e diminuiriam aos poucos a evasão escolar desses alunos (que alegam cansaço ao chegar tarde em casa e com fome, e param de estudar). (E4)

E de acordo com a vivência na educação no campo, a entrevistada elencou que:

> em relação aos avanços, que os professores conseguiram melhorar a aprendizagem dos alunos e alguns se destacando nas escolas urbanas, e que conseguiram diminuir a evasão escolar nas unidades, e que aos poucos estão introduzindo o uso de tecnologias nas salas de aula. Em contrapartida, houve retrocessos, e o que mais preocupa a entrevistada é sobre a diminuição constante de alunos, pois a escola tem pouquíssimos alunos matriculados e frequentando a instituição, e que apesar de fazerem esforços para mantê-los, não se sabe o que fazer com esta situação tão grave e triste. (E4)

A entrevistada 05[9], é uma professora da rede municipal de educação da zona rural do município de Morrinhos (GO), e atualmente está lecionando na Escola Municipal Professor José Cândido da Silva no Trevo de Pontalina (GO).

Essa entrevistada atua há mais de 08 anos na educação do campo, e a sua formação é licenciatura em Letras pela Universidade Estadual de Goiás, e fez complementação em Pedagogia, e atualmente está cursando uma Pós Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

A entrevistada relatou que possui curso de formação continuada voltada para a educação do campo, Agrinho. Ainda, citou três pontos positivos referente a educação rural em Morrinhos: ensino igualitário e de qualidade; comprometimento dos profissionais atuante e a valorização das escolas rurais perante a sociedade. Entretanto, elencou-se pontos negativos na educação rural do município: a localização, dificuldades com acesso à tecnologia e professores trabalharem com classes multisseriadas em pleno século XXI.

Quando questionada sobre as dificuldades vivenciadas pela escola rural no contexto atual, a entrevistada frisou que

> há muito preconceito com a instituição por acharem que as escolas rurais, não oferecem ensino de qualidade, e no final da resposta, ela disse que uma das maiores dificuldades era o acesso e o deslocamento dos alunos até a escola. (E5)

[9] Professora da rede municipal de educação, e que atua na zona rural.

A professora/entrevistada, confirmou que há um planejamento de conteúdos e metodologias na escola, entretanto não especificamente a educação rural, mas que eles apenas aplicam o mesmo de maneira diferenciada. Na avaliação da entrevistada a participação da comunidade na escola em questão, é muito positiva, tendo uma parceria muito relevante, e tendo o projeto "Amigos da Escola", que estão sempre dispostos a nos ajudar em tudo que a instituição precisa.

Devido a pandemia, a entrevistada disse que estão trabalhando com o sistema online e que os alunos que não têm acesso a tecnologia, recebem as atividades xerocopiadas em casa. Além disso, ainda relatou que

> não há dificuldades em relação a elaboração das atividades para os alunos da zona rural, devido ao conteúdo ser o mesmo da zona urbana, portanto, cabe aos professores adequarem a linguagem ao contexto dos alunos da escola rural. (E5)

Os saberes do povo do campo e sempre devem ser levados em conta, mas é preciso correlacionar o conhecimento empírico e o científico. A professora (E5) disse, que a escola possui projetos que valorizam este saber do campo, tais como o Projeto Agrinho, Campo Limpo, Dengue, Jepp e entre outros. Ainda relatou que é fundamental investir na educação rural, devido ao município ser muito amplo e há muitos alunos residentes na mesma, como crianças entre 4 e 10 anos, que ainda não estão preparadas para pegarem um transporte e se deslocarem até a cidade para estudar.

De acordo com sua vivência em relação à educação no campo, a professora (E5) disse que não há retrocessos, mas que há avanços como a melhoria na qualidade de ensino, a presença de profissionais aptos, as reformas realizadas na estrutura do prédio, o acesso à tecnologia (internet, notebooks, computadores, etc) e entre outros.

Nesse sentido, nota-se que a educação no campo em Morrinhos é subsidiada pelo Sistema Municipal de Ensino. Apesar de não contar com uma matriz curricular e um plano de ensino voltados para a educação popular e para os saberes e fazeres dos sujeitos do campo, as equipes escolares buscam uma contextualização, ou seja, uma aproximação com a realidade socioespacial desses sujeitos. É evidente também a sensibilização das professoras no que se refere à relevância da escola e da educação no campo para as comunidades.

Considerações finais

A educação desenvolvida nas escolas localizadas no campo reproduz a proposta pedagógica das escolas de periferia pobre das cidades, ou seja, a educação formal considera a

realidade socioespacial urbana (mesmo que de modo superficial), e em grande parte, deixa os costumes, crenças, saberes e fazeres dos camponeses e trabalhadores rurais, de lado.

A luta dos movimentos sociais e dos segmentos da comunidade envolvidos com a educação do campo é que esta seja uma educação voltada aos sujeitos do campo, estabelecendo uma correlação entre os conhecimentos científicos e tais sujeitos. A hibridização do trabalho e das suas identidades, bem como com o conhecimento científico possibilitam a sua reprodução social no campo, numa perspectiva emancipatória.

Assim, é necessário atentar-se ao tipo de educação que vem sendo efetivada nas escolas: educação no campo ou educação do campo. A primeira diz respeito a formação do aluno em um agricultor voltado para um modo de ser, ou seja, uma construção identitária. Já, a segunda, interpretamos como responsável por levar ensino, recursos e/ou técnicas que não sejam necessariamente rurais ao campo.

Sendo assim, o ensino que é aplicado nas escolas rurais no município de Morrinhos (GO) está vinculado à educação nas cidades, ou seja, mecanismos de ensino que são aplicados nas cidades e são reproduzidos nas escolas no campo sem considerar a singularidade do sujeito do campo.

Sendo importante para qualquer instituição escolar, os PPPs representam uma análise geral da escola e as suas particularidades e desafios a serem enfrentados na educação. Estes documentos são voltados para compreender e analisar toda a dinâmica estrutural, profissional e financeira da instituição escolar, visando medidas e ações efetivas para uma busca de melhorias na educação em conformidade com a comunidade local.

No entanto, os questionários/entrevistas auxiliam na compreensão real da realidade das escolas, tais como, preocupações, metas, problemas estruturais e profissionais, ações pedagógicas, estratégias de melhorias no ensino público; mas o que se compreende em um todo, é que a entrevista/questionário escancara as lacunas dentro da educação que pela atual situação, jamais serão corrigidas nem pelos profissionais da educação e nem pelo governo.

Portanto, se conclui que a educação no campo em Morrinhos é pautada, aplicada e baseada em princípios norteadores nas cidades, e que não se considera os alunos do campo e a sua cultura. Todavia, salienta-se de que não se deve esperar que as mudanças aconteçam apenas partindo da educação, pois é necessária uma transformação em todos os âmbitos estruturais da sociedade como um todo, e principalmente na questão coletiva, ou seja, pensando além do bem próprio, passar a pensar em um bem coletivo de interação.

Referências

ARROYO, M. G. **A escola do campo e a pesquisa do campo**: metas. In: MOLINA, M. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e da Cultura. **Lei nº9394/96**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília:DF:1996.

BRASIL, MDA/SDT. 2006. Políticas de Desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200007> Acesso em 25 de março de 2021.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; BORGES NETTO, Mário. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. In: **Entrelaçando** - Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011). ISSN 2179.8443.

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. **Revista Presença Pedagógica**, v. 12 n. 69 mai./ju. 2006.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio (org). **Múltiplos Olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG,1996.

MELO, Silas Nogueira de. Educação no campo e educação rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica. 2011. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/119949> Acesso em: 30 de Abril de 2020.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Morrinhos-GO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/como-fazer-referencia-sites-no-padrao-abnt/>. Acesso em: 28 de Junho de 2020.

Município de Morrinhos. **Cidade-Brasil.**Copyright©2012-2020. Disponível em: https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-morrinhos-go.html. Acesso em: 28 de Junho de 2020.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação do campo ou educação no campo?** Unicamp. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 08 de Abril de 2020.

Fundação Lemann e Meritt (2018): portal **QEdu.org.br**, acessado em 20 de dezembro de 2020.